

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	8
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022	18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o Internationale Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo Internationale Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

PERFIL DA COMPANHIA

A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da tarifa de pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Atualmente, a Companhia opera três praças de pedágio localizadas ao longo da rodovia MS 306 sob concessão com as seguintes características:

Nome Praça	localização	Tarifa (R\$)
COSTA RICA - MS - PRAÇA - 01	MS 306 - km 40+300	11,20
CHAPADÃO DO SUL - MS - PRAÇA - 02	MS 306 - km 100+600	11,20
CASSILÂNDIA - MS - PRAÇA - 03	MS 306 - km 184+600	11,20

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 e 2022 foram marcados por uma crise sanitária e econômica sem precedentes na história recente. A pandemia do coronavírus atingiu a todos de forma extrema, impactando países, empresas e a sociedade em geral. Observamos em nossas atividades uma escassez de produtos e serviços, e aumento significativo de preços, em especial os derivados de petróleo. Mesmo diante deste cenário desafiador, a companhia encerrou o exercício adimplente com todos os compromissos assumidos no contrato de concessão.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela empresa em 2022 totalizaram R\$ 111,636 milhões de reais.

Principais investimentos realizados em 2022 na concessão foram:

- Recuperação do pavimento em área de 105 quilômetros totalizando R\$ 40,8 milhões.
- Implantação de novos acostamentos em área de 80 quilômetros totalizando R\$ 32,4 milhões.
- Painéis de Mensagens fixos, sistemas de detecção de altura, sistema de controle de velocidade e demais sistemas totalizando R\$ 3,5 milhões
- Obras de melhorias operacionais totalizando R\$ 33 milhões.

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Em 2022 foram atendidos na rodovia, com a prestação dos seguintes serviços gratuitos ao usuário: 12.144 socorros mecânico, 754 socorros médico/pré-hospitalar, 6.478 inspeções de tráfego, 80 combates a incêndios e nenhuma apreensão de animais, por meio de veículos e equipes de profissionais especializados atuando em toda a extensão da MS-306 sob concessão (219,5 quilômetros), durante 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando segurança e conforto aos usuários da rodovia, 365 dias no ano.

Para essas atividades foram gerados 199 empregos diretos e mais de 400 empregos indiretos, além dos investimentos na infraestrutura, com benefício para as cidades lideiras (gerando de emprego e pagamento de impostos em especial o I.S.S. QN).

DESTAQUES DO ANO 2022

Implantação de Novos Acostamentos

A implantação de novos acostamentos totalizando 100% das obras programadas para o ano de 2022.

PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2023

O ano de 2022, foi marcado por fortes transformações no mercado Brasileiro, onde o preço dos combustíveis em especial o diesel, atingiu preços e patamares fora da realidade, atingindo os insumos utilizados pela concessionária como o asfalto e outros bens utilizados em nossos negócios.

As perspectivas do ano de 2023 são positivas, com expectativa de crescimento da economia na região, tendo como consequência o aumento do volume de eixos

pedagiados e estabilidade dos preços dos insumos. A Companhia trabalha para manter a total adimplência das obrigações contratuais previstas no Contrato de Concessão, bem como seus compromissos com os debenturistas e acionistas.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Receita Operacional

R\$ milhões	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
Receitas de pedágio	112.004	73.776	52%
Receitas com construção e infraestrutura	111.588	142.616	-22%
Outras Receitas	136	55	147%
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	(32)	(14)	129%
(-) ISS	(5.600)	(3.689)	52%
(-) PIS	(697)	(479)	46%
(-) Cofins	(3.217)	(2.213)	45%
Total	214.182	210.052	2%

Receita de pedágio

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio, pós-pagos e pedágio eletrônico (A.V.I), são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A Companhia iniciou a arrecadação de pedágio em 09 de abril de 2021.

Receita de construção

A receita de construção provenientes da realização de investimentos no ativo intangível, registrou redução de 22% em comparação ao ano anterior, influenciado principalmente pela conclusão das obras dos trabalhos iniciais previstos em nosso contrato de concessão. A contrapartida desta receita de igual valor está contabilizada como custo de construção.

Custos e despesas e administrativas

Custos e Despesas Administrativas	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
Pessoal	(11.606)	(9.521)	22%
Serviços de terceiros	(10.183)	(10.226)	0%
Seguros e garantias	(708)	(764)	-7%
Custos contratuais da concessão	(1.636)	(1.502)	9%
Verba da Polícia Rodoviária Federal	(714)	(627)	14%
Materiais/equipamentos/veículos	(3.490)	(2.990)	17%
Provisão para manutenção	(2.645)	(114)	2220%
Depreciação/amortização	(27.151)	(18.088)	50%
Custos com construção e infraestrutura	(111.588)	(142.616)	-22%
Outros	(1.744)	(1.455)	20%
Total	(171.465)	(187.903)	-9%

Comentamos as principais variações de custos e despesas do exercício:

Pessoal

A companhia terminou o exercício de 2022, com 199 funcionários diretos, sendo 12 funcionários a mais em comparação com o ano anterior.

Materiais equipamentos e veículos

Os custos e despesas com matérias, equipamentos e veículos aumentaram 17% em comparação com ano anterior, e está diretamente relacionado ao aumento da frota de veículos e preparação para o início das atividades operacionais na rodovia em 2021.

Provisão para Manutenção

A Companhia iniciou, no período, a constituição da provisão para manutenção da rodovia para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização apresenta um aumento de 50% em relação ao ano anterior, devido a Amortização de Intangível transferido para operação e a amortização do direito de outorga iniciada após o início da arrecadação de pedágios em Abril/2021.

Custos com construção e infraestrutura

A redução de 22% em 31 de dezembro de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior, deve-se ao término das obras dos trabalhos iniciais na rodovia.

Resultado Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021	Var. %
Rendimento de aplicações financeiras	17.294	7.570	128%
Juros ativos	-	243	100%
Descontos obtidos	25	202	-88%
Receita financeira – AVP	7.956	8.314	-4%
Outras receitas financeiras	115	49	135%
Total das receitas financeiras	25.390	16.378	55%
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(824)	(375)	120%
Despesas financeiras	(766)	(717)	7%
Juros sobre debêntures	(14.397)	(19.439)	-26%
Custos de transação	(3)	(1.597)	-100%
Atualização outorga fixa	(2.115)	(1.456)	45%
Despesas financeira – AVP	(8.226)	(8.323)	-1%
Juros sobre empréstimos	(3)	(711)	-100%
Total das despesas financeiras	(26.334)	(32.618)	-19%
Resultado financeiro líquido	(944)	(16.240)	-94%

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2022, comparado com 2021, teve uma redução de 94%, em seu saldo negativo, devido ao menor valor de juros das debêntures capitalizados em 2021 atrelado a uma receita de aplicação financeira menor no exercício anterior.

Ebitda

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro / (Prejuízo) líquido do período	27.794	(11.455)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	13.978	(5.901)
Resultado financeiro	944	1.661
Provisão para manutenção	2.645	-
Depreciações e amortizações	27.151	240
EBITDA (a)	72.512	40.343

(a) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária de Rodovias MS 306 S.A. registra seu agradecimento ao Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; às Instituições financeiras que apoiam o programa de investimento, em especial os debenturistas; e aos Acionistas da Companhia, que juntos possibilitam a realização desse projeto.

Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos Colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos empresariais da Companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.
Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras demonstrações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras demonstrações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de fevereiro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	112.358	159.887
Operações a receber	7	6.562	5.666
Contas a receber partes relacionadas	15	506	-
Despesas antecipadas	8	309	214
Impostos a recuperar	-	3.916	1.778
Outras contas a receber	-	187	371
Total do ativo circulante		<u>123.838</u>	<u>167.916</u>
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	-	3.953
		-	3.953
Imobilizado	9	10.791	7.525
Intangível	10	628.139	533.872
		<u>638.930</u>	<u>541.397</u>
Total do ativo não circulante		<u>638.930</u>	<u>545.350</u>
Total do ativo		<u><u>762.768</u></u>	<u><u>713.266</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	83	-
Debêntures	17	504	957
Fornecedores e outras contas a pagar	12	7.214	20.077
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	13	982	902
Obrigações fiscais	14	1.326	1.338
Direito de outorga concessão	10	10.951	10.535
Obrigações com o poder concedente	-	300	342
Total do passivo circulante		<u>21.360</u>	<u>34.151</u>
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	8.323	-
Empréstimos e financiamentos	16	14	-
Debêntures	17	342.377	318.066
Direito de outorga concessão	10	221.296	222.419
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	19	59	-
Obrigações com Infraestrutura a realizar	18	3.028	114
Total do passivo não circulante		<u>575.097</u>	<u>540.599</u>
Patrimônio líquido	20		
Capital social	-	146.010	146.010
Reserva legal	-	1.016	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	19.285	-
Lucro (Prejuízo) acumulado	-	-	(7.494)
Total do patrimônio líquido		<u>166.311</u>	<u>138.516</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>762.768</u></u>	<u><u>713.266</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	21	102.458	67.436
Receitas com construção e infraestrutura	21	111.588	142.616
Receitas extraordinárias	21	136	-
Custos com construção e infraestrutura	22	(111.588)	(142.616)
Custos dos serviços prestados	22	(30.135)	(21.516)
Resultado bruto		<u>72.459</u>	<u>45.920</u>
Despesas gerais e administrativas	22	(29.742)	(23.771)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		<u>42.717</u>	<u>22.149</u>
Resultado financeiro	23	(944)	(16.240)
Lucro líquido antes dos impostos		<u>41.773</u>	<u>5.909</u>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	11	(1.702)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	(12.276)	(1.948)
Resultado líquido do exercício		<u>27.795</u>	<u>3.961</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado líquido do exercício	----- 27.795	----- 3.961
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	----- <u>27.795</u>	----- <u>3.961</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva especial dividendos não distribuídos</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 1º de janeiro 2021	146.010	(11.455)	-	-	134.555
Resultado líquido do exercício	-	3.961	-	-	3.961
Saldos em 31 de dezembro 2021	146.010	(7.494)	-	-	138.516
Resultado líquido do exercício	-	27.795	-	-	27.795
Reserva legal	-	(1.016)	1.016	-	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	(19.285)	-	19.285	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	<u>146.010</u>	<u>-</u>	<u>1.016</u>	<u>19.285</u>	<u>166.311</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	27.795	3.961
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações do imobilizado	1.867	1.436
Amortização do Intangível	25.284	16.652
Baixas ativos imobilizados e Intangíveis Líquidos	157	80
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.276	1.948
Juros de debêntures	42.968	44.992
Custos de transação com financiamentos	2.354	(24.525)
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	-	330
Provisão para manutenção em rodovias	2.914	114
Aumento líquido (redução) dos ativos operacionais:		
Estoques	4	-
Operações a receber	(896)	(5.666)
Contas a receber partes relacionadas	(506)	-
Despesas antecipadas	(95)	(2)
Outras contas a receber	180	(319)
Impostos a recuperar	(2.138)	(1.563)
Aumento líquido (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(12.863)	10.232
Obrigações trabalhistas e sociais	80	626
Obrigações fiscais	(12)	771
Outras contas a pagar	2.132	2.996
Pagamento de juros de empréstimos e financiamento	(27)	(1.345)
Pagamento outorga fixa concessão	(10.779)	-
Pagamento de juros debêntures	(21.464)	(16.444)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	69.231	34.274
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(5.248)	(4.631)
Adições ao intangível	(111.636)	(142.616)
Caixa líquido (utilizado) oriundo das atividades de investimento	(116.884)	(147.247)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamento	124	-
Captações de debêntures	-	315.000
Pagamento de principal de empréstimos e financiamento	-	(90.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	124	225.000
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(47.529)	112.027
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	159.887	47.860
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	112.358	159.887
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(47.529)	112.027

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		
Prestação de serviços	111.973	73.762
Receita dos serviços de construção	111.588	142.616
Outras receitas	6	(52)
	<u>223.567</u>	<u>216.326</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(15.338)	(12.584)
Custos dos serviços de construção	(111.588)	(142.616)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.415)	(4.549)
Outros	-	(1)
	<u>(132.341)</u>	<u>(159.750)</u>
Valor adicionado bruto	<u>91.226</u>	<u>56.576</u>
Depreciações e amortizações	(27.151)	(18.088)
Valor adicionado líquido produzido	<u>64.075</u>	<u>38.488</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	24.697	16.005
	<u>24.697</u>	<u>16.005</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>88.772</u>	<u>54.493</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	6.998	5.784
Benefícios	2.209	1.730
FGTS	511	396
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	19.635	6.026
Estaduais	59	45
Municipais	5.600	3.689
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	25.510	32.244
Aluguéis	455	618
Remuneração de capitais próprios		
Resultado líquido do exercício	27.795	3.961
	<u>88.772</u>	<u>54.493</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado.

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em três frentes:

- Frente de melhorias operacionais;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e
- Frente de serviços operacionais.

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 605.306, dos quais R\$ 115.008 foram pagos à vista e o saldo devedor em 29 parcelas anuais, reajustadas pela variação do IPCA a partir de 2021.

Apesar de não possuir compromisso contratual de registro simples na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes da Cartilha de Governança Corporativa da CVM.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 20 de fevereiro de 2023.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 10** – Intangível; e
- **Nota Explicativa nº 11** – Ativos e passivos fiscais diferidos.

5. Principais políticas contábeis

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida serão testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – “Contratos de Concessão”, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário prestar serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Esse direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nessa circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 10). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão será amortizado, de forma linear, pelo tempo de concessão.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base no prazo de concessão.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Computadores e periféricos	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2020 não gerou impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está abaixo do registrado (*impaired*), um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos serão capitalizados durante a fase de construção.

Receita operacional

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

A Companhia não irá reconhecer margem de lucro por considerar que tais valores serão irrelevantes, considerando-a zero.

Os custos dos contratos serão reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem às incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem às consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – “Demonstração do valor adicionado”, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement*); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5.1. Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	221	184
Conta corrente	2.369	2.880
Aplicações financeiras	109.768	156.823
Total	112.358	159.887

As aplicações financeiras correspondem aos Fundos de Investimento e CDBs. Os Fundos de Investimento referem-se à aplicação em renda fixa simples em Banco de primeira linha, com prazo determinado de duração. O fundo conta com carteira simplificada e com performance atrelada à Selic, e com remuneração de 110% do CDI no período.

As aplicações em CDBs com modalidade pós – DI com remuneração controlada entre 95% e 114% do CDI, ou aplicação automática dos recursos disponíveis em conta corrente com remuneração que pode variar entre 5% e 20% do CDI.

No montante de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, temos os valores de R\$ 14.309 em conta reserva e R\$ 1.813 em conta provisão, aplicações vinculadas de curto prazo para garantir ao pagamento das debêntures.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

7. Operações a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico a receber	6.369	5.527
Vale pedágio a receber	128	105
Cartões de crédito a receber	65	34
Total	6.562	5.666

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante cobrança de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2022, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

8. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros a apropriar (a)	262	214
IPVA a apropriar (b)	47	-
Total	309	214

- (a) Corresponde às despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.
- (b) Corresponde às despesas com IPVA pagas em cota única pela Companhia, que será apropriada no resultado em 12 meses.

9. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido	Líquido
		Saldos		Saldos		Saldos		Saldos		31/12/2022	31/12/2021
		31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado da Administração	10%	2.200	157	-	2.357	(390)	(340)	-	(730)	1.627	1.810
Máquinas e Equipamentos	10%	2.309	4.102	(3)	6.408	(213)	(525)	-	(738)	5.670	2.096
Veículos	20%	4.648	989	(187)	5.450	(1.028)	(1.002)	75	(1.955)	3.494	3.619
Total		9.157	5.248	(190)	14.215	(1.631)	(1.867)	75	(3.423)	10.791	7.525

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido
		Saldos		Saldos		Saldos		Saldos		31/12/2021
		31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2021
Imobilizado da Administração	10%	1.791	409	-	2.200	(84)	(306)	-	(390)	1.810
Máquinas e Equipamentos	10%	1.163	1.146	-	2.309	(33)	(180)	-	(213)	2.096
Veículos	20%	1.677	3.076	(105)	4.648	(104)	(950)	26	(1.028)	3.619
Total		4.631	4.631	(105)	9.157	(221)	(1.436)	26	(1.631)	7.525

10. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos					Amortização			Líquido	
		Saldos	Adições	Transferência	Baixas	A.V.P	Saldos	Saldos	Adições	Saldos	31/12/2021
		31/12/2021					31/12/2022			31/12/2021	
Intangível em operação	3,47%	103.680		74.805	(39)		178.446	(1.906)	(5.026)	(6.932)	101.774
Intangível em andamento	-	100.013	111.534	(74.805)	(2)	-	136.740	-	-	-	100.013
Licenças de uso de softwares	-	343	102			-	445	(82)	(81)	(163)	261
Direito de Outorga Concessão	3,33%	605.306	-	-	-	(267.114)	338.192	(6.369)	(12.221)	(18.590)	331.823
Total		542.229	111.636	-	(41)	(267.114)	653.824	(8.357)	(17.328)	(25.685)	533.872

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos					Amortização			Líquido	
		Saldos	Adições	Transferência	Baixas	A.V.P	Saldos	Saldos	Adições	Saldos	31/12/2021
		31/12/2020					31/12/2021			31/12/2020	
Intangível em operação	3,47%	-	-	103.680	-		103.680	-	(1.906)	(1.906)	101.774
Intangível em andamento	-	61.224	142.469	(103.680)	-	-	100.013	-	-	-	100.013
Licenças de uso de softwares	-	196	147			-	343	(20)	(62)	(82)	261
Direito de Outorga Concessão	3,33%	605.306	-	-	-	(267.114)	338.192	-	(6.369)	(6.369)	331.823
Total		605.502	142.616	-	-	(267.114)	542.229	(20)	(8.337)	(8.357)	533.872

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor da outorga	605.306	605.306
Pagamento – outorga fixa	(125.955)	(115.008)
Atualização outorga	3.739	1.455
Ajuste ao valor presente – taxa desconto 4,50% (taxa de juros real compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga)	(267.114)	(267.114)
Amortização A.V.P.	16.271	8.315
Direito de outorga concessão	232.247	232.954
Circulante	10.951	10.535
Não circulante	221.296	222.419

Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no programa de investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base no tempo de concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

11. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferido

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2022 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está evidenciada a seguir:

Os créditos tributários a compensar são calculados sobre os seguintes valores base:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	41.773	5.909
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal vigente	14.203	2.009
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças temporárias	(162)	(1.948)
Diferenças permanentes	(63)	(61)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto corrente	(1.702)	-
Imposto diferidos	(12.276)	(1.948)
Total	(13.978)	(1.948)
Alíquota efetiva de impostos	33,46%	32,97%

Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Diferido Líquido		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal gastos pré-operacionais (a)	6.851	8.959	-	-	(6.851)	(2.708)	(2.108)	3.058
Prejuízo fiscal base negativa (b)	3.446	4.107	-	-	(3.446)	(4.107)	(662)	4.107
Provisão para manutenção (c)	1.028	39	-	-	(1.028)	(39)	989	39)
Despesas financeiras debêntures capitalizadas (d)	-	-	18.402	8.688	18.402	8.688	(9.714)	(8.688)
Custos de transação debêntures capitalizadas (e)	-	-	1.265	464	1.265	464	(800)	(464)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (f)	19	-	-	-	(19)	-	19	-
Total dos impostos diferidos	11.344	13.105	19.667	9.152	(8.323)	(3.953)	(12.276)	(1.948)

- (a) A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social por ter sua origem em despesas pré-operacionais, serão amortizados em 60 meses a partir de abril de 2021 quando deu início à arrecadação de pedágios pela Companhia;
- (b) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuro determinado em estudo técnico aprovado pela administração, o prejuízo fiscal apurado pela Companhia dentro do mesmo exercício são reconhecidos como ativo diferido de base negativa;
- (c) As provisões para manutenção são constituídas para fazer frente aos compromissos operacionais visando manter serviços adequados e de qualidade, em especial o pavimento e sinalização;
- (d) De acordo com CPC 20(R1), os juros das debêntures foram capitalizados, líquidos das receitas financeiras geradas pelos recursos ainda não utilizados;
- (e) Capitalização dos custos de transação das debêntures; e
- (f) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	3.714	17.548
Fornecedores – Partes Relacionadas (Nota Explicativa nº 15)	1.334	-
Caução retida fornecedores	2.158	2.503
Outras contas a pagar	8	26
Total	7.214	20.077

13. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	178	168
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	16	18
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	58	51
Provisão de férias e encargos	730	665
Total	982	902

14. Obrigações fiscais

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF terceiros	27	52
INSS terceiros	72	134
C.S.L.L. a recolher	102	-
PIS/Cofins e CSLL terceiros	9	55
PIS sobre receita de pedágio	56	56
Cofins sobre receita de pedágio	260	256
Cofins sobre receitas financeiras	64	49
PIS sobre receitas financeiras	11	8
ISS sobre receita de pedágio	456	427
ISS terceiros	269	301
Total	1.326	1.338

15. Partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza de relacionamento	31/12/2022			31/12/2021		
		Serviços prestados/fornecimentos	Saldos		Serviços prestados/fornecimentos	Saldos	
			Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Elo4 Administração e Participações S.A.	Acionista	46	5	-	-	-	-
Way MS 112		501	501				
Consórcio CCP4 - Nota Explicativa nº 12 (a)	Acionista	5.449	-	1.334	29.704	-	-
Torc terraplanagem obras rodovias	Acionista	405	-	-	-	-	-
TCL Tecnologia e Construções	Acionista	1	-	-			
Eng. e Comércio Bandeirantes Ltda. (b)	Acionista	10	-	-	1.609	-	-
Total		6.412	506	1.334	31.313	-	-

(a) Contrato Way/Cons/010/2020 – referente às obras e dos serviços de recuperação dos pavimentos na rodovia MS 306, entre os Municípios de Costa Rica à Cassilândia; e

(b) Contrato Way/Cons/003/2020 – referente ao fornecimento de equipe de bobfresa para reparos localizados ao longo da rodovia MS 360, no trecho compreendido entre os Municípios de Costa Rica à Cassilândia, da Rodovia MS306, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Movimentação:	Saldo em 31/12/2021			Valores atualizados/pagos	Valores atualizados/recebidos	Saldo em 31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Resultado			Ativo	Passivo	Resultado
Elo4 Administração e Participações S.A.	-	-	-	46	41	5	-	-
Way MS 112	-	-	-	501	-	501		
Consórcio CCP4 (a)	-	-	-	4.115	5.449	-	1.334	-
TORC Terraplanagem Obras Rodovias	-	-	-	405	405	-	-	-
TCL Tecnologia e Construções	-	-	-	1	1	-	-	-
Eng. e Comércio Bandeirantes Ltda. (b)	-	-	-	10	10	-	-	-
Total	-	-	-	5.078	9.906	506	1.334	-

Remuneração dos Administradores

O valor total de remuneração atribuído aos diretores no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, aprovado em janeiro de 2022 e 2021, é de R\$ 1.846 e R\$ 1.799 respectivamente. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

16. Empréstimos e financiamentos

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
255680	C.C.B.	Banco Volkswagen	12% a.a. (Pré)	17/08/2022	17/02/2024	97	
Total						97	-
Circulante						83	
Não circulante						14	-

Estão representados por:

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2024	14	-
Saldo final	14	-

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	91.039
Captação	124	-
Atualização juros	-	-
Pagamentos principal	(27)	(90.000)
Pagamentos juros	-	(1.039)
Custo de transação	-	-
Saldo final	97	-

Com a liberação das debêntures em 12 de fevereiro de 2021, foram quitados antecipadamente os empréstimos ponte contratados na modalidade de Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco Itaú e BTG Pactual.

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelo:

CCB – Aval dos acionistas.

17. Debêntures

Estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
C.V.M. 476	Debêntures	Coord. Lider Banco BTG Pactual S.A.	IPCA + 6,0% a.a.	12/02/2021	15/06/2035	365.051	343.548
		(-) Custo de transação a amortizar				(22.170)	(24.525)
Total						342.881	319.023
Circulante						504	957
Não circulante						342.377	318.066

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2026	24.537	11.450
2027	29.990	13.995
2028	22.152	10.337
2029	12.780	5.964
2030 a 2035	252.918	276.320
Total	342.377	318.066

Movimentação das debêntures:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	319.023	-
Captação	-	315.000
Atualização juros	42.968	44.992
Pagamento de juros	(21.464)	(16.444)
Custo de transação	2.354	(24.525)
Saldo final	342.881	319.023

As debêntures são garantidas pela:

Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

A emissão das debêntures tem cláusulas de vencimento antecipado conforme previsto na escritura:

“5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.7 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor previsto na Cláusula 5.7 abaixo, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos (excluídos quaisquer danos indiretos, danos à imagem e lucros cessantes) que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses Evento de Vencimento antecipado).

5.1.1 Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula 5.1.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, Evento de Vencimento Antecipado Automático

não adimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória decorrente desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, não sanada (i) dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, em relação às obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão; e (ii) dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, em relação às obrigações pecuniárias decorrentes dos Contratos de Garantia, sendo que os prazos previstos neste inciso não se aplicam às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou

(v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira e/ou obrigação financeira (local ou internacional) no mercado de capitais local ou internacional da Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a declaração de vencimento antecipado de que trata esta alínea;

questionamento judicial desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia pela Emissora, pelas Intervenientes Acionistas e/ou por qualquer outra parte de tais documentos;

nulidade, cancelamento, revogação ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantias; e

aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora, em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão.

5.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 5.1.2 não sanados no prazo de cura eventualmente aplicável, o Agente Fiduciário deverá tomar as providências Evento de Vencimento Antecipado nos itens 5.2 e a seguintes abaixo (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático”, respectivamente):

- a) se a Emissora realizar qualquer pagamento aos seus acionistas de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob a forma de juros sobre capital próprio (i) após ter sido notificada pelo Agente Fiduciário com relação ao inadimplemento de qualquer obrigação oriunda da presente Escritura de Emissão e antes de curar tal inadimplemento, ou (ii) entre a data em que for apurado o descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, ainda que tal descumprimento tenha sido curado por meio de um ou mais aportes de acionistas, nos termos da Cláusula 5.1.2(bb)(iii) abaixo, e a data em que a Emissora volte a observar o Índice Mínimo do ICSD, ou (iii) entre a data em que for apurado o descumprimento dos Índices Financeiros, nos termos da Cláusula 5.1.2 (aa) abaixo, e a data em que a Emissora volte a observar os Índices Financeiros;
- b) redução de capital da Emissora, exceto nas hipóteses de redução de capital social para compensação com prejuízos acumulados;
- c) alteração do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente, nos estritos termos da determinação, devendo, neste caso, informar o Agente Fiduciário sobre referida determinação, em até 1 (um) Dia Útil, contado do recebimento de notificação nesse sentido do Poder Concedente;
- d) se proferida decisão judicial final ou sentença arbitral irrecorrível, não passíveis de recurso com efeito suspensivo, ou cujo recurso com efeito suspensivo não tenha sido interposto no prazo legal, que imponha à Emissora obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, equivalente a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), corrigido pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a declaração de vencimento antecipado, e que possa colocar em risco o cumprimento de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- e) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais que sejam indispensáveis para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que (i) acarretem no envio, pelo Poder Concedente, de notificação formal informando a Emissora acerca da instauração de procedimento administrativo visando à rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão; ou (ii) afete de forma significativa o regular exercício das 34 atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, ou prazo maior caso concedido pelo respectivo órgão, a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora renove ou obtenha as referidas autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças;
- f) a Emissora ou as Intervenientes Acionistas, transfiram ou por qualquer forma cedam ou prometam ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- g)** a Emissora realize a alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos integrantes do ativo não circulante de sua propriedade que possa(m) levar ao descumprimento de obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto quando se tratar: (i) de bens inservíveis ou obsoletos; (ii) de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade; (iii) de prestação de garantia real em virtude de determinação legal, para garantia do juízo em caso de ações judiciais e/ou processos administrativos, em que a Emissora figure no polo passivo; e/ou (iv) de propriedade fiduciária constituída em garantia a financiamentos para aquisição de equipamentos junto aos próprios fornecedores ou aos respectivos financiadores;
- h)** expropriação, confisco ou qualquer outra medida expropriatória de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na capacidade da Emissora de gerir seus negócios ou que resulte na perda da propriedade ou posse direta de seus bens ou ativos;
- i)** se proferida decisão judicial final ou sentença arbitral irrecorrível, não passíveis de recurso com efeito suspensivo, ou cujo recurso com efeito suspensivo não tenha sido interposto no prazo legal, que imponha arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora que (i) resulte na incapacidade da Emissora de gerir seus negócios ou (ii) que afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão;
- j)** cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora, ou qualquer outra forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto as hipóteses de (i) cessão onerosa, em favor de Bandeirantes, Senpar Ltda., TORC, TCL e VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda. (CNPJ/ME 15.759.748/0001-40), de usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Emissora (usufruto político);
- k)** a ocorrência de alteração na composição societária da Emissora que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, restando desde já 35 autorizadas (i) as hipóteses de transferência entre os acionistas controladores, diretos e indiretos, da Emissora ou entre Companhias do grupo econômico de cada acionista controlador, bem como (ii) a transferência de até 6% (seis por cento) das ações atualmente emitidas pela Elo4 Administração e Participações S.A. para a Companhia VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda, CNPJ/ME 15.759.748/0001-40. Entende o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Companhias por Ações;
- l)** celebração de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, a partir da Data de Emissão, sem o consentimento prévio dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- m)** constituição, pela Emissora, de qualquer novo financiamento ou empréstimo com instituição financeira, bem como endividamento decorrente da emissão de valores mobiliários, exceto financiamentos ou empréstimos cujo montante seja, de forma individual ou agregada, igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da receita bruta de pedágio anual da Emissora (verificada por meio de suas demonstrações contábeis auditadas do exercício anterior), excluída a dívida decorrente desta Emissão;
- n)** não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo);
- o)** perda definitiva, extinção, ou término antecipado da concessão objeto do Contrato de Concessão, por qualquer motivo, inclusive por encampação, caducidade ou anulação;
- p)** inadimplemento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

- q)** se a Emissora (i) sofrer quaisquer protestos de títulos cujo valor individual ou agregado seja superior a (i.a) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) até 31 de dezembro de 2025; ou (i.b) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) após 31 de dezembro de 2025, valores estes a serem devidamente corrigidos pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência, ou (ii) for negativada em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central;
- r)** proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, irrecorrível de natureza condenatória, contra a Emissora, que inviabilize a Concessão;
- s)** cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial, da Concessão ou de qualquer ativo necessário à implementação ou operação da Concessão, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias corridos e, se parcial, desde que afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão;
- t)** comprovada, inconsistência, incorreção material, insuficiência material ou descumprimento de quaisquer das informações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, e que afete de forma adversa e significativa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão, ou comprovada inveracidade de quaisquer das informações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia;
- u)** se as Garantias Reais se tornarem comprovadamente total ou parcialmente ineficazes, inexecutáveis, inválidas, nulas ou insuficientes, bem como se as Garantias Reais forem canceladas e/ou rescindidas e/ou se ocorrer quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e de seus eventuais aditamentos, exceto se tais garantias forem substituídas ou complementadas nos termos dos respectivos Contratos de Garantia;
- v)** questionamento judicial, por qualquer terceiro, desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, que não tenha seus efeitos suspensos pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que a Emissora e/ou as Intervenientes Acionistas tomarem ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial e, em relação aos Contratos de Garantia, sem que a Emissora apresente outra garantia aceita(s) previamente pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a seu exclusivo critério, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ocorrência do evento;
- w)** caso a Emissora ou as Intervenientes Acionistas venham a alienar, empenhar, oferecer em garantia ou constituir qualquer tipo de ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) e/ou gravame em favor de qualquer terceiro sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais, observada a 37 cessão onerosa, em favor de Senpar, Bandeirantes, TORC, TCL e VFL, de usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Emissora (usufruto político), nos termos desta Escritura de Emissão;
- x)** existência de sentença condenatória, em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou por seus respectivos administradores, exclusivamente no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora e/ou aos administradores proferida antes da Data de Emissão, observado o devido processo legal;

- y) inscrição da Emissora no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, pela Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016 (ou outra que a substitua), do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, ou outro cadastro oficial que venha a substituí-lo;
- z) a alteração do escopo e da finalidade do Projeto sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- aa) não atingimento pela Emissora, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, dos índices Financeiros s quais serão apurados semestralmente, até 30 de junho de 2026, na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, calculado pela Emissora e verificado pelo Agente Fiduciário, sendo a primeira apuração com base nas demonstrações contábeis auditadas da Emissora referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021; e
- (1) Entre 01 janeiro de 2021 e 31 dezembro de 2024: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco centésimos);
- (2) Entre 01 janeiro de 2025 e 31 dezembro de 2025: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros); e
- (3) Entre 01 janeiro de 2026 e 31 junho de 2026: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

Dívida Líquida auditadas da Emissora, o total dos empréstimos e financiamentos, em cada caso, celebrados com instituições financeiras, subtraídos o caixa e os equivalentes de caixa; bb) ICSD de 1,30 (um inteiro e trinta Índice Mínimo do ICSD que:

- para os fins desta alínea (bb), o ICSD deverá ser, a partir da data prevista no item abaixo, semestralmente apurado pelos auditores independentes, e fornecido pela Emissora ao Agente Fiduciário conforme metodologia de cálculo constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão;

- a apuração do ICSD deverá ser feita na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração realizada na data de entrega das demonstrações contábeis relativas ao ano de 2026; e

- no caso de não atingimento da Emissora, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a Emissora poderá curar eventual não atingimento do ICSD mediante a realização de um ou mais aportes de acionistas, conforme cálculo previsto no Anexo II, a ocorrer em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação do Agente Fiduciário acerca do descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, e a serem depositados e mantidos em uma conta de titularidade da Emissora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, até que seja reestabelecido o patamar mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

Sendo:

“Dívida Líquida” significa, com base nas últimas demonstrações contábeis consolidadas auditadas da Emissora, o total dos empréstimos e financiamentos, em cada caso, celebrados com instituições financeiras, subtraídos o caixa e os equivalentes de caixa; bb) ICSD de 1,30 (um inteiro e trinta Índice Mínimo do ICSD que:

(i) para os fins desta alínea (bb), o ICSD deverá ser, a partir da data prevista no item (ii) abaixo, semestralmente apurado pelos auditores independentes, e fornecido pela Emissora ao Agente Fiduciário conforme metodologia de cálculo constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão;

(ii) a apuração do ICSD deverá ser feita na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração realizada na data de entrega das demonstrações contábeis relativas ao ano de 2026; e

(iii) no caso de não atingimento da Emissora, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a Emissora poderá curar eventual não atingimento do ICSD mediante a realização de um ou mais aportes de acionistas, conforme cálculo previsto no Anexo II, a ocorrer em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação do Agente Fiduciário acerca do descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, e a serem depositados e mantidos em uma conta de titularidade da Emissora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, até que seja

reestabelecido o patamar mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações contábeis, em determinado período de verificação, a saber:

A) Geração de caixa da atividade

(+) EBITDA

(-) Imposto de Renda

(-) Contribuição Social

(-) CAPEX

B) Serviço da Dívida

(+) Amortização de Principal

(+) Pagamento de Juros

C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)

O EBITDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+) Lucro Líquido*;

(+) Despesa (receita) financeira líquida;

(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;

(+) Provisão de Manutenção;

(+) Depreciações e amortizações;

(+) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais.

D) Valor de Complemento = (1,30 C) x (B), se aplicável nos termos da Cláusula 5.1.2(bb)(iii)

* O Lucro Líquido deve desconsiderar qualquer resultado de receitas e custos de construção do IFRS.

5.2 A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia, em até 2 (dois) Dias Úteis da verificação de sua ocorrência.

O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures."

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atende todas as cláusulas contratuais da escritura.

18. Obrigações com infraestrutura a realizar

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

Provisão para manutenção em rodovias:

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das obrigações ajustados a valor presente é de R\$ 3.028 demonstrado a seguir:

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Obrigações com infraestrutura a realizar	157	3.881	4.038
AVP - provisão para manutenção	(43)	(967)	(1.010)
Total	114	2.294	3.028

O Investimento programado em manutenções inclui recapeamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:

Cronograma esperado de saídas

Ano de execução	31/12/2022
2025	3.028

Indicação de incertezas

Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revistos periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização.

Principais premissas adotadas

A revisão periódica dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

	31/12/2021	Baixa	Adição	31/12/2022
Contingência cível	-	-	59	59
Total	-	-	59	59

A Companhia possui processos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais.

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para riscos processuais, no montante de R\$ 59, refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima, R\$ 591 em 31 de dezembro de 2022, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

20. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 146.010 totalmente integralizado, e está representado por 146.010 ações Ordinárias.

Acionista	Ações em 31/12/2022		
	Subscritas	Integralizadas	Partic. %
Elo4 Administração e Participações S.A.	116.808.000	116.808.000	80%
GLP O Participações S.A.	29.202.000	29.202.000	20%
Total	146.010.000	146.010.000	100%

Reserva de lucros e distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva especial para dividendos não distribuídos e obrigatórios

Em 31/12/2022 a companhia resolveu transferir os lucros após a destinação da reserva legal, para conta de Reserva de dividendos não distribuídos.

21. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de pedágio (a)	112.004	73.776
Receitas com construção e infraestrutura (b)	111.588	142.616
Outras Receitas	136	55
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	(32)	(14)
(-) ISS	(5.600)	(3.689)
(-) PIS	(697)	(479)
(-) Cofins	(3.217)	(2.213)
Total	214.182	210.052

- (a) O início das operações nas praças de pedágio, que se iniciou em abril de 2021, dará origem as receitas operacionais da Companhia; e
- (b) De acordo com ICPC 01, a Companhia contabilizou nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os valores de R\$ 111.588 e R\$ R\$ 142.616, respectivamente, referente à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

22. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Custos dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(10.013)	(7.744)
Serviços de terceiros	(6.796)	(6.611)
Seguros e garantias	(708)	(764)
Custos contratuais da concessão	(1.636)	(1.502)
Verba da Polícia Rodoviária Federal	(714)	(627)
Materiais/equipamentos/veículos	(2.351)	(1.961)
Provisão para manutenção	(2.645)	(114)
Depreciação/amortização	(5.026)	(1.906)
Custos com construção e infraestrutura	(111.588)	(142.616)
Outros	(246)	(287)
Total	(141.723)	(164.132)

Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(1.593)	(1.777)
Serviços de terceiros	(3.387)	(3.615)
Materiais/equipamentos/veículos	(1.139)	(1.029)
Depreciação e amortização	(22.125)	(16.182)
Outros	(1.498)	(1.168)
Total	(29.742)	(23.771)

23. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicações financeiras	17.294	7.570
Juros ativos	-	243
Descontos obtidos	25	202
Receita financeira – AVP	7.956	8.314
Outras receitas financeiras	115	49
Total das receitas financeiras	25.390	16.378
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(824)	(375)
Despesas financeiras	(766)	(717)
Juros sobre debêntures	(14.397)	(19.439)
Custos de transação	(3)	(1.597)
Atualização outorga fixa	(2.115)	(1.456)
Despesas financeira – AVP	(8.226)	(8.323)
Juros sobre empréstimos	(3)	(711)
Total das despesas financeiras	(26.334)	(32.618)
Resultado financeiro líquido	(944)	(16.240)

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Básico		
Resultado do exercício	27.795	3.961
Número de ações durante o período (milhares)	146.010	146.010
Lucro/(Prejuízo) por ação – básico	0,19	0,03
Diluído		
Resultado do período utilizado na apuração do prejuízo por ação	27.795	3.961
Quantidade média ponderada de ações Ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo por ações (milhares)	146.010	146.010
Lucro/(Prejuízo) por ação – diluído	0,19	0,03

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

Fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias;

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

		31/12/2022			
		Ativos	Passivo		
		financeiros	financeiros		
		mensurados ao	mensurados ao		
		custo amortizado	custo amortizado		
Nota	Valor justo através do resultado				
Ativos					
	Caixa e equivalentes de caixa	6	112.358	-	-
	Operações a receber	7	-	6.562	-
	Outros créditos	-	-	4.918	-
Passivos					
	Debêntures	17	-	-	(342.460)
	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	(97)
	Fornecedores	12	-	-	(7.214)
	Obrigações com o poder concedente	-	-	-	(10.951)
	Outras contas a pagar	-	-	-	(3.112)
	Total		112.358	11.488	(363.834)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros a custo amortizado através do resultado, os quais estão qualificados a seguir:

Nível 2	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Aplicações financeiras	6	112.358	159.887
Passivos			
Debêntures	17	(342.881)	(319.023)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Riscos de mercado

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

Análise de sensibilidade

Indicadores	31/12/2022			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI (1)	12,50%	15,63%	9,38%	18,75%
Receitas de Aplicações Financeiras	14.045	17.556	10.534	21.067
I.P.C.A (2)	5,74%	7,18%	4,31%	8,61%
Debêntures	(20.978)	(26.223)	(15.734)	(31.467)
Juros a Incorrer (*)	(20.978)	(26.223)	(15.734)	(31.467)
Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras	(6.933)	(8.667)	(5.200)	(10.400)

Fonte Relatório Focus – Bacen;

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Exposição a riscos de créditos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava riscos de créditos.

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

26. Cobertura de seguros

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia – contrato de concessão	Março/2022 a março/2023	42.959
Riscos operacionais	Março/2022 a março/2023	39.772
D&O	Março/2022 a março/2023	5.000
Responsabilidade civil	Março/2022 a março/2023	15.000
Risco de engenharia	Dezembro/2021 a junho/2023	13.680

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por.

27. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

28. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

* * *